

UMA BREVE ANÁLISE A RESPEITO DOS NOMES PRÓPRIOS

Andréia Almeida Mendes
(UFMG/DOCTUM/VÉRTICE)
andreailetras@yahoo.com.br

1. *Considerações iniciais*

Trata-se de um trabalho de revisão bibliográfica a respeito dos nomes próprios, cujo intuito é analisar pontos divergentes com relação às diversas abordagens e tentar compreender quais pontos são fundamentais para se analisar antropônimos e topônimos. Assim, os nomes próprios serão vistos à luz da tradição gramatical de autores como Bechara (2001), Mira Mateus et al. (1983) e Mansur Guérios (1981). Também serão analisadas as funções (linguística, referencial e vocativa) que um nome próprio pode assumir, tendo por base autores como Lyons (1977) e Jespersen (1965), mas ainda será discutida a função semântica, trazendo um dos maiores questionamentos de autores como Searle (1981), Lyons (1977) e Guimarães (2002). Inicialmente, o nome próprio será visto do ponto de vista gramatical; em seguida, será analisado o seu comportamento linguístico; a sua função semântica e, para finalizar, serão realizadas as considerações finais.

2. *O nome próprio pela tradição gramatical*

Bechara (2001, p.113) aponta que os substantivos próprios podem se aplicar a um objeto ou a um conjunto de objetos, mas sempre individualmente. Mira Mateus *et al* (1983, p.72-73) relata que os nomes próprios e os nomes comuns possuem um comportamento semântico e morfossintático diferente; afirma que na frase “Galileu morreu na miséria”, o nome próprio *Galileu*, em um dado universo de referência, “designa *um e um único objecto identificado*”, que o locutor pressupõe identificável pelos alocutários. Já na frase, “O João vive em Coimbra”, apesar de existirem muitos indivíduos com o nome de *João*, na dada situação em que o nome foi pronunciado, o termo *João* “designa *um único e o mesmo indivíduo para o locutor e para o(s) alocutário(s)*”. Assim, o nome próprio é visto pela autora como “um designador de um único objecto identificado pertencente à classe dos objectos do universo de referência pressuposto pragmaticamente num dado discurso concreto”.

Para Mansur Guérios (1981), essa distinção entre nomes próprios e comuns é linguisticamente artificial, pois na sua origem – remota ou não – os nomes próprios eram nomes comuns. Para ele, a única distinção concreta é a seguinte: “Todos o vocábulos ou signos possuem ‘alma’, i.e., *sentido* ou *significado*, e “corpo” ou *significante*, que é, na linguagem falada, o som, e na linguagem gráfica e *escrita*.” (MANSUR GUÉRIOS, 1981, p. 15). Dessa forma, os nomes próprios não lembram o seu sentido original e nem outros; sendo, para o autor, “vocábulos desprovidos de ‘alma’, ou melhor, ficaram ‘petrificados’; apenas conservam o ‘corpo’ ou *significante*.” (MANSUR GUÉRIOS, 1981, p. 16). Os nomes comuns, por sua vez, poderão ter ou não atualmente as mesmas significações atuais; mas, independentemente do seu significado, possuem “alma”; e quando não possuem as significações originárias, “é porque houve ‘desvio’ ou evolução. Contudo, isso não é absoluto, pois, p. ex., uma localidade que se chama *Bahia*, por excelência, pode traduzir de fato e atualmente uma baía.” (MANSUR GUÉRIOS, 1981, p. 16).

Michel Bréal afirma que a diferença entre os substantivos próprios e os comuns é apenas uma diferença de grau, que é totalmente intelectual e não gramatical; os substantivos próprios “são, por assim dizer, signos ao quadrado”²⁵³. (BRÉAL, 1897 *apud* MANSUR GUÉRIOS, 1981, p. 16). Bréal ainda ressalta como característica a distinção fonética entre os nomes próprios e comuns; segundo ele, os nomes próprios “participam um pouco menos das transformações fonéticas” (BRÉAL, 1897 *apud* MANSUR GUÉRIOS, 1981, p.16) que os nomes comuns; e que, morfológicamente, os nomes próprios sofrem mais alterações que os nomes comuns, devido ao princípio do menor esforço que abrevia ou cria diminutivos.

Os nomes próprios acabam se transformando em “fósseis da língua que vivem singularmente apenas do exterior, do corpo” (MANSUR GUÉRIOS, 1981, p. 17). Com o auxílio dos nomes próprios, em particular os antropônimos e topônimos, é possível reconstituir numerosos elementos de uma língua. Os antropônimos são muito menos arcaicos que os topônimos.

²⁵³ “sont, pour ainsi dire, des signes à la seconde naissance”.

3. O comportamento linguístico dos nomes próprios

Lyons (1977) diz que os nomes possuem duas funções características: uma referencial e outra vocativa. Para falarmos da função referencial, precisamos inicialmente analisar o conceito de referente:

(...) um referente não é, pois, um objeto em sua forma material primitiva, mas um objeto, enquanto interpelado por expressões linguísticas em formatos variados. No domínio [pessoas], existem muitos objetos em sua forma primária; eles poderão constituir-se referentes, à medida que pudermos isolá-los de todo o conjunto, através de uma asserção descritiva ou de um nome próprio. Assim, nem o indivíduo (nem a classe de indivíduos) que incorporamos num referente diz respeito, necessariamente, à materialidade de qualquer objeto, mas sobretudo à sua concepção, à nossa experiência de pensá-lo, a partir da linguagem (MARI, 2003, p. 6-7).

Quando alguém diz a frase “Napoleão é corso”, vê-se que o locutor refere-se ao indivíduo *Napoleão* por meio de uma expressão referencial; assim, esse locutor confere a uma expressão uma referência através da realização de um ato de referência. “Se a referência for bem sucedida, a expressão referencial permitirá que o interlocutor identifique o indivíduo em questão: o referente”. (LYONS, 1977, p. 147) De acordo com a concepção de referência adotada por Lyons (1977, p. 148), quando alguém pergunta: “A que é que a expressão ‘x’ se refere?”, equivale a perguntar: “A que é que o locutor se refere por meio de ‘x’ (ao enunciar esta ou aquela frase)?”.

O autor estabelece sete tipos de referência: (a) referência singular definida; (b) referência, verdade e existência; (c) sintagmas nominais definidos não referenciados; (d) referência geral distributiva e coletiva; (e) referência indefinida específica e não específica; (f) opacidade referencial; (g) referência genérica. Neste trabalho, faremos alusão apenas à primeira – a referência singular definida – por estar ligada aos nomes próprios.

Para Lyons (1977), as expressões referenciais singulares são aquelas que se referem a indivíduos, ao contrário das expressões referenciais gerais que se referem a classes de indivíduos. Ainda faz uma segunda distinção: as expressões definidas, que se referem a um indivíduo específico ou a uma classe; e as expressões indefinidas que, por sua vez, não se referem a indivíduos ou classes de indivíduos. Analisando por uma ótica gramatical, ele reconhece três tipos principais de expressões referenciais singulares definidas: (a) os sintagmas nominais definidos; (b) os nomes próprios, e (c) os pronomes pessoais.

Russel (1905) classifica os sintagmas nominais definidos como descrições definidas o que implica que podemos identificar um referente, não só nomeando-o “mas também fornecendo ao auditor ou leitor uma descrição suficientemente pormenorizada, no contexto de enunciação particular, que permita distingui-lo de todos os outros indivíduos no universo do discurso” (LYONS, 1977, p. 149). Assim, ao dizer, num contexto de enunciação dado “o homem alto ali na frente”, o sintagma pode ser visto como uma descrição definida que identifica um único referente.

Apesar dessas três expressões singulares definidas – sintagmas nominais definidos, nomes próprios e pronomes pessoais – estarem diferenciados no plano gramatical e serem formas distintas de se identificar a pessoa a que o locutor se refere num dado contexto de enunciação, há casos limítrofes. Segundo Lyons (1977), existem nomes de lugar e de família que tiveram sua origem em descrições definidas ou em títulos; e, ao mesmo tempo, certos nomes próprios são regularmente convertidos em lexemas descritivos e usados como tal em expressões referenciais ou predicativas.

Jespersen (1965) fala sobre essa mudança de categoria ou da transformação de uma descrição definida em nome próprio e afirma que muitos nomes próprios têm-se originado total ou parcialmente de nomes comuns especializados; apresenta o seguinte exemplo: “a estrada de Dover” cujo significado original é “a estrada que leva a Dover” não é originalmente um nome próprio; mas, com o decorrer do tempo, pode vir a ser; assim como um dos parques de Londres que é chamado por alguns por “the Green Park” e, por outros, apenas por “Green Park”, tornando-se, nessa segunda versão, em que o nome próprio não é marcado pelo artigo definido, como “Central Park”, em Nova York. O autor chega a dizer, com base em certos nomes próprios toponímicos como os já citados, que, na língua inglesa, a ausência de artigo transforma-se numa marca pela qual se pode saber que o nome próprio veio de um nome comum.

Câmara Júnior (1968), em posição contrária à de Jespersen, informa que os nomes próprios antroponímicos, de uma forma geral, tiveram sua origem a partir de substantivos comuns ou de adjetivos para atribuir a um sujeito uma determinada qualidade, como exemplo, cita o nome grego Sófocles, que é a junção do adjetivo *sophos* – sábio – com o nome comum *Kléos* – glória.

Lyons (1977) afirma que há três tipos de expressões nominais referenciais existentes em todas as línguas e ao se perguntar sobre qual delas é a mais básica ou mais essencial, afirma que:

Por vezes não sabemos o nome de uma pessoa ou lugar e, contudo, podemos fazer-lhe referência de um modo natural e satisfatório, por meio de uma descrição definida, e se a linguagem deve ser usada, como de facto acontece, para fazer referência a um número infinitamente vasto de indivíduos, deve também fornecer os meios necessários para os identificar sem ser por intermédio dos nomes próprios. Efetivamente, é mais fácil conceber uma língua sem nomes próprios do que conceber uma que opere sem recorrer à descrição definida. Mas, de qualquer modo, não há dúvida de que a combinação dos nomes próprios com a descrição torna a linguagem um sistema semiótico extremamente eficiente e flexível. (LYONS, 1977, p. 149)

Continua dizendo que, já que a referência é uma noção dependente do enunciado, sempre que dizemos que uma frase é dotada de referência, estamos partindo do pressuposto de que essa mesma frase foi ou poderia ser enunciada com um valor de comunicação particular e num contexto apropriado. Dessa forma, para que uma referência seja bem sucedida, é necessário que o locutor escolha uma das três expressões referenciais singulares definidas e a empregue de acordo com as regras do sistema linguístico, tornando assim o ouvinte apto a escolher o referente entre os referentes potenciais de um determinado contexto.

Segundo ele, o uso de um nome comum precedido de artigo definido torna dispensável uma descrição suplementar, mesmo que o referente tenha sido anteriormente mencionado; pois, pelo contexto, o auditor saberá qual dos referentes está se fazendo referência. Assim, se um inglês pronunciar a expressão “a rainha” ou um americano pronunciar a expressão “o presidente”, num contexto em que ainda não se falou de nenhum deles, saberemos que se trata da rainha da Inglaterra e do presidente dos Estados Unidos; certas expressões, em um contexto apropriado, adquirem o estatuto de títulos de referência única, como a expressão “o Papa”.

A função vocativa, também conhecida como função de chamada, é aquela utilizada para atrair a atenção da pessoa que está a ser chamada ou intimada, chamar a atenção do interlocutor para a presença de alguém ou para lembrar a existência ou importância dessa pessoa.

Lyons (1977) ainda distingue o uso referencial ou vocativo dos nomes próprios e sua atribuição aos seus portadores através dos enunciados apelativos, dando para esse fenômeno o termo técnico de nomenclatura. Existem dois tipos de nomenclatura: a didática e a performativa.

Entende-se por nomenclatura didática quando alguém ensina a outros um nome particular que está associado por alguma convenção preexistente a uma pessoa ou lugar particular, quando alguém nomeia uma pessoa como “João”, entende-se que esse alguém atribui o nome “João” a essa pessoa. O autor ainda observa que “a nomenclatura didática não apenas opera na aquisição da linguagem, como é uma função semiótica essencial na nossa utilização da linguagem”. (LYONS, 1977, p. 179). Quando nos apresentamos ou apresentamos alguém estamos realizando um ato de nomenclatura. Ex.: Apresento-te o João, Ele chama-se João Silva, Chamo-me “Zé”.

Por nomenclatura performativa, o referido autor usa um dos exemplos utilizados por Austin (1958) para ilustrar essa noção, quando alguém diz: *Batizo este barco Queen Elizabeth*, não se está descrevendo a cerimônia, mas realizando-a efetivamente. É interessante observar que esse tipo de nomenclatura pode assumir várias formas e não incluir apenas a atribuição de nomes pessoais no batismo ou em outras cerimônias formais, mas também em atos semióticos de definição de termos; com a atribuição de alcunhas na escola, diminutivos na família, nomes afetivos entre namorados *etc.*

4. A função semântica dos nomes próprios

Searle (1981) afirma que, à primeira vista, nada parece mais fácil de ser compreendido do que o nome próprio; mas, na realidade, as coisas não são tão simples assim. Um dos maiores questionamentos a respeito dos nomes próprios diz respeito à sua função semântica. No século XIX, J. Stuart Mill dá aos nomes próprios uma relação meramente distintiva e não significativa; dessa forma, os nomes próprios servem apenas para identificar pessoas ou objetos. Para Mill (1964), os nomes próprios

não são conotativos: designam os indivíduos que por eles são chamados; mas não indicam nem implicam atributo como pertencente a estes indivíduos (...), sempre que os nomes dados a objetos comunicam qualquer informação, isto é, sempre que têm um significado, esse significado não reside no que designam, mas no que conotam. Os únicos nomes de objetos que nada conotam são os nomes próprios; e estes não têm, estritamente falando, nenhuma significação. (MILL, 1964, p. 153 *apud* DICK, 1990, p. 181)

Os nomes próprios são vistos por Mill como “rótulos” ou marcas de identificação individual. O argumento utilizado pelo autor para provar sua afirmação é que enquanto “uma descrição definida se refere a um objecto, unicamente pelo facto de descrever alguns *aspectos* desse objecto,

um nome próprio não *descreve* o objecto” (SEARLE, 1981, p.215). Para se fazer uma descrição definida a respeito de um objeto, torna-se necessário conhecer esse objeto, saber o seu nome não implica que se conheça algum fato relacionado a ele; afirma ainda que estamos sempre aptos a transformar uma descrição definida (expressão referencial) em uma expressão predicativa comum e isso não acontece com o nome próprio.

Jespersen (1965) discorda dessa posição de que os nomes próprios não tem significação e afirma que os nomes próprios possuem significação sim. Critica Mill por colocar muita ênfase no que pode ser chamado de valor de dicionário, desconsiderando a situação contextual em que ele foi produzido. Para Jespersen, um nome próprio, ao ser usado, faz o ouvinte pensar em todo um conjunto de qualidades distintivas, conotando o maior número de atributos. Assim, na primeira vez que alguém ouve ou lê o nome de uma pessoa, esse nome próprio não traz nenhuma informação ao ouvinte/leitor; mas, à medida que se ouve ou se vê o nome, ele passa, aos poucos, a ter um significado, pois as informações a respeito dessa pessoa vão aumentando.

Lyons (1977) relata ser essa uma das questões mais debatidas hoje e afirma que a perspectiva filosófica mais aceita hoje em dia é a de que os nomes próprios podem ter referência, mas não têm sentido, e não podem ser usados predicativamente enquanto nomes próprios. É essa a perspectiva adotada pelo autor para quem, salvo algumas exceções, a distinção entre nomes próprios e comuns na fala dos adultos, é tranquila. Admite, porém que em qualquer cultura ou sociedade, “os nomes podem adquirir associações mais ou menos definidas, de tal modo que um nome acaba por simbolizar a eloquência ou a beleza arquitetônica”. (LYONS, 1977, p. 180). Para exemplificar essa afirmação, declara que os nomes próprios podem, com o tempo, tornarem-se comuns e cita a palavra italiana “cicerone” que deriva do nome próprio “Cícero” e que, atualmente, significa “guia de museu” em línguas como o francês, o inglês, o português, entre outras.

Mas, alerta que isso não faz com que os nomes próprios tenham sentido. Para Lyons (1977), a afirmação de Jespersen a respeito dos nomes próprios na qual diz que os nomes próprios “conotam o maior número de atributos”, tira proveito de um equívoco entre o sentido corrente e o sentido filosófico da palavra “conotação”; Jespersen, ao usar o sentido não filosófico do termo, acredita que os nomes próprios tenham conotações ou associações muito específicas. Lyons afirma que as conotações que diversas pessoas associam a um nome são diferentes para cada indi-

víduo e que essas conotações só podem ser constantes, caso se trate de um lugar ou pessoa histórica, política ou culturalmente proeminente – *Cícero, Atenas, Judas, Napoleão, Shakespeare, Meca, Camões etc.* –, e as associações sejam feitas por membros de uma comunidade linguística que partilhe da mesma cultura.

Lyons (1977) não invalida, porém, o princípio dos nomes próprios não terem sentido, pois a nomenclatura performativa – formal ou informal – pode ser determinada por algumas condições culturalmente prescritas de conveniência semântica. Existem convenções a respeito de nomes como *João* que são geralmente empregues a pessoas do sexo masculino, da mesma forma que *Maria* seria empregue para pessoas do sexo feminino. Porém, nada impede que em alguma cultura o emprego seja diferente do usual, até porque há nomes que são atribuídos a crianças de ambos os sexos.

Para Dubois *et alii* (1998), o nome próprio é uma subcategoria de nomes formada de termos que, semanticamente, referem-se a um objeto extralinguístico, específico e único, destacado pela denominação dos objetos da mesma espécie. Desse modo, para esses autores, um nome próprio não possui outra significação que não seja a do nome dele próprio, uma vez que não é possível reconhecer as propriedades do indivíduo que o classifiquem como membro da classe.

Guimarães (2002), por sua vez, diz que o funcionamento referencial dos nomes é produzido pelo processo enunciativo que se dá como procedimento de identificação social. Alerta também para o fato das pessoas confundirem e tomarem como sinônimos as seguintes palavras: nomeação, designação e referência. Para ele, nomeação “é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome.”; a designação “é o que se poderia chamar de significação de um nome. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística simbólica remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história.”; a referência é “a particularização de algo na e pela enunciação”. (GUIMARÃES, 2002, p. 9-10)

Foucault (2002) apresenta o conceito de nome próprio e a função singular que ele desempenha no interior da linguagem; assim tem-se “dois eixos ortogonais: um que vai do indivíduo singular ao geral; outro que vai da substância à qualidade. No seu cruzamento reside o nome comum; numa extremidade, o nome próprio; na outra, o adjetivo”. (FOUCAULT, 2002, p. 137). Fala ainda da necessidade de se distinguir os

nomes próprios dos nomes comuns, pois essa distinção permite eliminar a confusão de ideias e facilitar a relação de sentido e representação entre as palavras e as coisas.

A palavra designa, o que quer dizer que, em sua natureza, é nome. Nome próprio, pois que aponta para tal representação e mais nenhuma. Assim é que, em face da uniformidade do verbo – que nunca é mais que o enunciado universal da atribuição – os nomes pululam e ao infinito. Deveria haver tantos nomes quantas coisas a nomear. Mas então cada nome seria tão fortemente vinculado à única representação que ele designa, que não se poderia sequer formular a menor atribuição; e a linguagem recairia abaixo de si mesma (...) Os nomes podem funcionar na frase e permitir a atribuição somente se um dos dois (o atributo ao menos) designar algum elemento comum a várias representações. A generalidade do nome é tão necessária às partes do discurso quanto à designação do ser; à forma da proposição. (FOUCAULT, 2002, p. 136).

Para Dauzat (1943), “os nomes próprios são os mais individuais, os mais significativos de todos; são os substantivos por excelência”²⁵⁴ (DAUZAT, 1934, p. 3 *apud* DICK, 1990, p. 181). Porém, os nomes foram, aos poucos, afastando-se cada vez mais dos focos primitivos de irradiação, deixando de exercer os predicados semânticos iniciais, ou seja, os significados foram se perdendo com o tempo.

A moderna teoria da língua vê, atualmente no designativo individual, uma classe meramente identificadora de indivíduos, sem o aparato circunstancial que se lhe outorgava antes. Se os nomes não mais significam como antigamente, não se quer com isso dizer que a teoria antroponímica deve deixar de lado o seu estudo, porque o seu objeto está “fossilizado”, como diz Dauzat, ou como dizemos nós, cristalizado em formas vazias. Estas, porém podem e devem ser cuidadosamente interpretadas para que se entenda esse complexo mecanismo que envolveu o nome pessoal, em suas origens. Não acreditamos, entretanto, que a concepção mágica do nome esteja completamente extinta pelo predomínio de uma mentalidade moderna, mais racional e lógica. Ainda há vestígios dela, remanescentes seus que persistem na preferência maior ou menor que se confere a diversos vocábulos antroponimizados. (DICK, 1990, p. 201)

O sentido originário dos nomes próprios perdeu-se, só podendo ser revelado por inteiro através “da recomposição de formas de linguagem procedentes, oculta-se, sem sombra de dúvidas, na opacidade dos registros contemporâneos” (DICK, 1990, p. 181). Atualmente, o que se percebe é que, ao nomear, as pessoas preocupam-se apenas com modis-

²⁵⁴ “les noms propres sont les plus individuelles, le plus significatifs de tous; ce son les substantives par excellence” (DAUZAT, 1934:3 *apud* DICK, 1990, p. 181) tradução nossa

mos e esquecem-se do seu significado; assim, se os nomes próprios possuíam significado, hoje eles estão vazios de seu sentido etimológico.

5. *Considerações finais*

Como se percebe, apesar de as gramáticas analisarem o nome próprio de forma simplificadora, limitando-se em sua maioria a meras classificações, a questão não é tão simples assim.

Os autores dividem-se quanto à questão de os nomes próprios terem ou não terem sentido. Acredita-se que a posição de Lyons (1997), seja a que é melhor embasada; assim os nomes próprios têm referência, mas não têm sentido. E, se eles realmente um dia tiveram sentido, eles esvaziaram-se desse suposto sentido (DICK, 1990, p. 201), tornando-se opacos e passando a ter apenas referência, como afirma Lyons (1977), não possuindo outra significação que não seja a dele próprio, conforme Dubois *et alii* (1998).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Ivanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattos. Morfologia Pronominal. In: _____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1968.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A língua de São Paulo. *Revista USP*. Set./out./nov. 2004.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. São Paulo. 2. ed. 1990.

DU BOIS, J. *et al.* *Dicionário de linguística*. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*; tradução Selma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

JESPERSEN, Otto. *The philosophy of grammar*. New York: WW Norton e Company Inc, The Norton Library, 1965.

LYONS, John. *Introduction to theoretical linguistic*. New York: Cambridge University Press- London, 1968.

_____. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

_____. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Trad. Marilda Winkler Averbug. Rio de Janeiro: LTC, 1997.

MANSUR GUÉRIOS, Rosário Farâni. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. São Paulo: Ave Maria, 1981.

MARI, Hugo. *Aspectos da teoria da referência*. Belo Horizonte: FALE / UFMG, 2003.

MIRA MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática da língua portuguesa*. Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual. Coimbra: Almedina, 1983.

SEARLE, J. *Actos linguísticos*. Coimbra: Almedina, 1981.